

JOHN LOCKE E A LINGUAGEM NO ENSAIO (INÍCIO DO LIVRO III)*

JOHN LOCKE AND LANGUAGE IN THE ESSAY
(BEGINNING OF BOOK III)

Antônio Carlos dos Santos**

Daniel Soares Silveira***

RESUMO

O objetivo deste texto é compreender a origem, a significação e a relação entre palavra e ideia nos três primeiros capítulos do *Ensaio sobre o entendimento humano* de John Locke. O foco de nossa análise desses conceitos é a função utilitária da linguagem, considerando a significação dos termos gerais, os limites e problemas decorrentes de seu mau uso. O artigo está dividido em duas partes: na primeira, analisa a origem, significação e função utilitária da linguagem; na segunda, aborda o significado dos termos gerais. Ainda que o presente texto tenha um perfil introdutório à filosofia da linguagem de Locke, esperamos colaborar de algum modo com o avanço das pesquisas sobre o filósofo inglês no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: John Locke; linguagem; palavras; ideias; termos gerais; significado.

ABSTRACT

The aim of this text is to understand the origin, the signification and the relationship between word and idea in the first three chapters of John Locke's *Essay on Human Understanding*. The focus of our analysis of these concepts is the utilitarian function of language, considering the signification of general terms, the limits and problems arising from their misuse. The article is divided into two parts: in the first, it analyzes the origin, signification and utilitarian function of language; in the second, it addresses the meaning of general terms. Although the present text has an introductory focus on Locke's philosophy of language, we hope to contribute to the advancement of research on the English philosopher in Brazil.

KEY WORDS: John Locke; language; words; ideas; general terms; meaning.

* Artigo recebido em 28/05/2023 e aprovado para publicação em 20/06/2023.

** Pós-doutor em Filosofia pela Université de Paris I-Sorbonne. Doutor em Filosofia pela Université de Paris X, Nanterre, em cotutela com a Universidade de São Paulo. Mestre em Filosofia, pela USP. Professor do Departamento de Filosofia da UFS. E-mail: acsantos12@uol.com.br.

*** Doutorando em Filosofia pela UFS. Mestre e Graduado em filosofia pela UFS. É Professor da rede estadual de Alagoas. E-mail: daniel.ss777@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Logo no início do *Ensaio sobre o entendimento humano*¹, Locke faz um imenso elogio ao conhecimento universal, tipicamente filosófico. Considerando que vivemos sob o impacto das chamadas *Fake News*, em esfera mundial, a sentença do filósofo de Oxford parece dirigir-se diretamente a nós, no mundo contemporâneo. Sustenta ele:

A grande diferença de noções existentes entre os homens deve-se à diversa forma de exercício das faculdades. Enquanto uns (e são a maioria), são crédulos e fazem um mau emprego das suas faculdades submetendo-se, por preguiça, a opiniões alheias sobre doutrinas que deviam examinar cuidadosamente e não aceitar às cegas; outros, aplicando os seus pensamentos somente a poucas coisas, chegam a saber muito acerca delas, permanecendo na ignorância do resto, por não se terem dedicado a outras investigações. (LOCKE, 1999, p. 98).

Esta sentença, emblemática, para iniciantes, chama a atenção do leitor atento para o fato de Locke ser considerado um dos “pais do empirismo”, termo este que não existe no seu léxico, nem mesmo do século XVII, e que encobre um aspecto muito mais importante de seu pensamento, muitas vezes negligenciado por comentadores: de que o conhecimento é tanto uma experiência sensorial quanto reflexiva, que passa necessariamente pela linguagem. Isso quer dizer, em linhas gerais, que o conhecimento experiencial passa, de forma absoluta, pela reflexão, que exige o trabalho da linguagem.

Para o filósofo inglês, a qualidade de nosso conhecimento está vinculada à faculdade do entendimento, que tem três tipos de objetos: a Física ou filosofia natural, a Prática e a Semiótica ou Lógica. A primeira diz respeito à natureza das coisas como elas são em si mesmas, suas relações e maneiras de operar. A segunda, àquilo que o homem é obrigado a fazer como agente racional e voluntário. A terceira diz respeito aos meios pelos quais ele pode adquirir o conhecimento dessas coisas e comunicá-lo aos outros. Vamos nos concentrar neste último objeto, uma vez que Locke demonstra que as ideias têm um escopo privado, mas as palavras são registros públicos, que permitem a nossa comunicação e seus equívocos. Se quisermos pensar, mais do que falar, é às ideias que precisamos nos ater. Mas, como não pode haver comunicação de ideias sem palavras, precisamos fazer uma semântica, considerando,

¹ Doravante, apenas *Ensaio*. Por uma questão de recomendação da revista, optamos por fazer a referência ao modo clássico da ABNT (AUTOR, ano e página) e não à forma tradicional, típica dos estudiosos de Locke. Apesar das críticas que podemos fazer às várias traduções para o português, optamos pela edição da Gulbenkian, por ser completa e ter amplo acesso ao leitor nacional.

mais uma vez, que a linguagem é tanto instrumento do conhecimento quanto fonte de distorção de várias ordens.

Por essa razão, a linguagem e a forma como a empregamos são questões centrais na filosofia de John Locke (1632-1704). Prova disso é o fato de o filósofo inglês ter dedicado um livro inteiro (livro III) de seu *Ensaio* para discutir sobre a linguagem que, da maneira como ele apresenta a sua finalidade, possui uma função utilitária. Entretanto, ela não é livre de problemas². Apesar deles, a linguagem poderia cumprir sua função principal de comunicar os pensamentos entre os homens. Em um primeiro momento, interessa a Locke compreender o que as palavras significam e, a partir disso, descobrir se as utilizamos bem e de qual modo poderíamos fazer um melhor uso da linguagem, evitando assim confusões desnecessárias em seu uso.

O filósofo inglês argumenta ser bastante limitado aquilo que podemos efetivamente conhecer, o que significa dizer que o nosso conhecimento é provável, mas não absoluto. Apesar disso, é suficiente para vivermos bem aqui na terra, desde que nos esforcemos para evitar os erros que estão sempre à espreita, uma vez que o mau uso da linguagem é porta de entrada para vários erros e equívocos.

Assim, o objetivo deste texto é compreender a origem, a significação e a relação entre palavra e ideia nos três primeiros capítulos do *Ensaio* de John Locke. O foco de nossa análise desses conceitos é a função utilitária da linguagem, considerando a significação dos termos gerais, os limites e problemas decorrentes de seu mau uso. O texto está dividido em duas partes: na primeira, analisa a origem, significação e função utilitária da linguagem; na segunda, aborda o significado dos termos gerais. Ainda que o presente texto tenha um foco introdutório à filosofia da linguagem de Locke, esperamos colaborar de algum modo com o avanço das pesquisas sobre o filósofo inglês no Brasil.

1 A ORIGEM, SIGNIFICAÇÃO E FUNÇÃO UTILITÁRIA DA LINGUAGEM

Locke abre o livro III do *Ensaio* registrando que Deus criou o homem para “ser uma criatura sociável” (LOCKE, 1999, p. 541) e, para isso, concedeu a ele ferramentas necessárias

² Como lembra Paul Guyer, as dificuldades no uso da linguagem não são meramente um fruto do desleixo humano no uso das palavras, a própria linguagem possui deficiências que lhe são inerentes e o modo como podemos lidar com isso é entendendo claramente a imperfeição da linguagem: “Locke não recomenda, meramente, cuidado no uso das palavras. Antes, ele propõe uma teoria que pretende mostrar que certos tipos de confusão situam-se em uma deficiência inerente na própria natureza da linguagem e da classificação, e que essa ‘imperfeição’ da linguagem somente pode ser reparada se esse fato for claramente entendido.” (GUYER, 2011, p. 145-146).

para se comunicar com os demais de sua espécie. Segundo Locke, a função da linguagem é ser “o grande instrumento e o elo de união da sociedade” (LOCKE, 1999, p. 541). Aqui já podemos antever o caráter utilitário da linguagem, tendo em vista que ela existiria para um fim extrínseco, servindo com a finalidade prática de unir a sociedade humana por meio da comunicação das ideias entre os homens. No início desse livro Locke (1999, p. 27) já tinha definido o que seria ideia: “Sendo o termo que, a meu ver, melhor designa tudo o que possa ser objeto do entendimento quando um homem pensa, com ele significarei o que poderia ser expresso com as palavras fantasma, noção, espécie, ou o que quer que o espírito utilize para pensar.”

Admitindo que ela tenha essa função utilitária, resta-nos saber: quais são as ferramentas necessárias para o homem produzir a linguagem? E como ele pode se utilizar melhor dela? De acordo com Locke, é necessário que o homem tenha órgãos capazes de produzir sons articulados, isto é, palavras. Contudo, só isso não é suficiente; é imprescindível que esses sons articulados signifiquem suas concepções internas, isto é, as ideias que possui em sua mente. Apenas assim, é possível aos indivíduos comunicarem seus pensamentos uns aos outros.

Mas isto ainda não chega, de modo algum, para dar às palavras toda a sua utilidade. Não basta, para a perfeição da linguagem, que os sons possam tornar-se sinais das ideias, a menos que deles nós possamos servir de uma tal forma que compreendamos várias coisas particulares: porque a multidão das palavras teria impedido o seu uso, se tivesse sido necessário um nome distinto para designar cada coisa particular. (LOCKE, 1999, p. 541).

Assim como a linguagem nos permite comunicar nossos pensamentos a outros homens por meio das palavras, seu excesso nos teria impedido de comunicar esses pensamentos. Devido a isso, os termos gerais são indispensáveis para uma comunicação eficiente. Resumidamente, é condição necessária para a linguagem que tenhamos órgãos capazes de produzir sons articulados em abundância e com facilidade, que esses sons sejam símbolos de nossas ideias e concepções internas e, para sua maior função, as palavras sejam capazes de compreender várias coisas particulares, por meio dos termos gerais. Após estabelecer quais são as condições para a linguagem, Locke argumenta que nomes como “nada”, “ignorância”, “esterilidade” significam a ausência de alguma ideia simples, de alguma ideia complexa ou de todas elas. Isso quer dizer que mesmo esses termos (nada, ignorância, esterilidade) significam algo, já que nomes que nada significassem seriam sons sem sentido.

A comunicação de nossas ideias, segundo Locke, está relacionada com nossa experiência sensível. Como sabemos, Locke estabelece duas fontes de ideias para o entendimento humano: a sensação e a reflexão. Concernente à origem das ideias, ele nos diz, já no início do livro II, do *Ensaio*, que a fonte de todas as nossas ideias e o fundamento de todo o nosso conhecimento é a experiência. É a experiência “que fornece à nossa mente a matéria de todos os seus pensamentos” (LOCKE, 1999, p. 107). São duas as fontes pelas quais a experiência nos fornece essa matéria: 1º SENSACÃO – é a maior fonte das nossas ideias e depende totalmente dos sentidos, sendo por eles comunicadas ao entendimento. 2º REFLEXÃO – fornece-nos ideias que não poderiam vir das coisas exteriores, podendo ser chamada de “sentido interno” por nos fornecer ideias quando o entendimento reflete sobre as suas próprias operações. O termo operações é empregado por Locke num sentido amplo, não apenas para designar as ações da mente sobre as ideias, mas também “um certo tipo de paixões que, por vezes, delas procedem, tais como a satisfação ou a inquietação que qualquer pensamento possa provocar” (LOCKE, 1999, p. 108).

É importante lembrar que são as ideias advindas dessas duas fontes que pretendemos comunicar em nosso discurso diário. Nesse sentido, a origem dessas ideias pode facilitar ou tornar mais complexa a sua comunicação a outros homens. A primeira fonte fornece-nos ideias por meio do contato com as coisas exteriores; já a segunda transmite-nos ideias relacionadas ao funcionamento do nosso entendimento. Essas últimas ideias, advindas da reflexão, não poderiam ser expressas aos outros, caso não conseguíssemos relacioná-las a operações percebidas em objetos externos a nós, ou seja, dependeriam da experiência sensível que serviria como crivo para serem comunicadas para outros homens. Sendo assim, a criação e a comunicação de palavras, para o filósofo inglês, dependem das ideias sensoriais, mesmo aquelas palavras que significam as ideias mais afastadas dos sentidos. Não podemos esquecer que, apesar de as palavras terem sua origem na experiência sensível, que é, de certo modo, compartilhada por todos, elas são associadas arbitrariamente às suas ideias correspondentes, conforme veremos com mais detalhes adiante. Sobre esse ponto, Locke (1999, p. 542-543) é taxativo:

Assim, as palavras imaginar, apreender, compreender, aderir, conceber, insinuar, desgostar, perturbação, tranquilidade, etc., são todas elas extraídas de operações de coisas sensíveis, e aplicadas a certos modos de pensar. [...] Daqui podemos imaginar que espécie de noções tinham os primeiros que falaram aquelas línguas, donde lhes vinham ao espírito, e como a natureza, sugerindo inclusive aos homens os nomes que davam às coisas, foi a origem e o princípio de todos os seus conhecimentos; pois

que, para encontrar nomes que pudessem dar a conhecer aos outros aquilo que sentiam em si mesmos, ou qualquer outra ideia que não respeitasse aos sentidos, viram-se obrigados a derivar as palavras das que traduziam as ideias das sensações mais conhecidas; de outra forma não poderiam dar a perceber aos outros o que experimentavam em si mesmos, e não podiam manifestar-se exteriormente por meio de aparências sensíveis.

Nessa passagem, Locke insere a tese de que a natureza “foi a origem e o princípio de todas os seus conhecimentos”, defendendo que a comunicação de pensamentos é prazerosa e proveitosa para os homens. Ele insiste nas vantagens que a comunicação dos pensamentos entre os homens pode lhes trazer. Pois, por meio dessa comunicação, podem usufruir as comodidades da sociedade (LOCKE, 1999, p. 545). Consequentemente, para poder usufruir os pensamentos dos demais homens e as vantagens da vida em sociedade, foi necessário que os homens inventassem sinais exteriores e sensíveis para manifestarem suas ideias uns aos outros. Além disso, apesar de o autor do *Ensaio* estabelecer a origem das ideias na sensação e na reflexão, a experiência sensória parece ganhar primazia no que se refere ao processo de nomear e de comunicar as ideias.

O motivo pelo qual empregamos sons articulados está em sua abundância e na rapidez com que podemos formá-los com facilidade e variedade. De acordo com Locke, as palavras são adaptadas a esse fim por natureza. Contudo, não há ligação natural entre os sons articulados e as ideias, caso contrário, argumenta o filósofo inglês, haveria uma única língua entre os povos. Portanto, uma palavra é arbitrariamente constituída sinal de uma ideia. Tendo isso em vista, Locke (1999, p. 545) apresenta-nos uma tese no capítulo II, do livro III, “a função das palavras é serem marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas representam constituem a sua significação própria e imediata”. Disso resulta que quando pronunciamos uma palavra, referimo-nos própria e imediatamente à nossa ideia que é significada arbitrariamente por essa palavra. Consequentemente, quando falamos, pretendemos transmitir nossas ideias a quem nos ouve por meio dessas marcas sensíveis. Por isso, para um uso adequado da linguagem, “um homem não pode fazer com que as suas palavras sejam sinais, ou de qualidades que estão nas coisas, ou de concepções que estão no espírito de uma outra pessoa, se em si mesmo não tiver qualquer ideia destas qualidades e destas concepções” (LOCKE, 1999, p. 546). Essa passagem nos evidencia que, para Locke, há uma ordem natural na comunicação e significação. Em primeiro lugar, o indivíduo deve possuir uma ideia que signifique a palavra por ele dita; somente após isso ele poderá supor que essa palavra também possa servir de sinal mediatamente de uma qualidade nas coisas ou concepções de outros homens.

Locke apresenta um exemplo que se tornou famoso entre seus comentadores, que ilustra um problema inerente à linguagem: o das crianças que usam a palavra ouro como sinal de ideias bastante diferentes entre elas. No seu exemplo, cada uma das crianças havia notado uma quantidade diferente de qualidades no objeto que cada uma delas chamava de ouro, esse exemplo serve para evidenciar que quando falavam sobre ouro, não diziam respeito às ideias que as demais tinham em suas mentes, visto que eram diferentes entre si, nem do objeto exterior ouro, já que cada um atribuía qualidades diferentes a ele, e a sua constituição interna é desconhecida. Pela construção do exemplo, fica manifesto que elas estavam se referindo própria e imediatamente às suas próprias ideias. Assim, em um diálogo, dois homens podem estar utilizando as mesmas palavras, não obstante estarem significando coisas bastante diferentes em suas mentes.

Em seguida, Locke formula mais exatamente dois erros comuns aos homens, referentes à significação das palavras. Observa o filósofo: “nos seus pensamentos, atribuem-lhes secreta relação a duas outras coisas”: primeiro, “*supõem que as palavras de que se servem são marcas das ideias que se encontram também no espírito dos outros homens com quem comunicam*”; e, segundo, supõem que “*as palavras significam também a realidade das coisas*” (LOCKE, 1999, p. 548, grifos do autor). Como vimos acima, essas suposições levam a graves falhas na comunicação e mesmo em nossa concepção de conhecimento a respeito dos objetos externos.

Locke (1999, 548-549) nos diz que “[...] se perverte o uso das palavras e se embarça a sua significação com uma obscuridade e confusão inevitáveis, sempre que as fazemos significar outra coisa que não as ideias que temos no nosso espírito”. Podemos perceber, aqui, ao menos duas observações: em primeiro lugar, que Locke estabeleceu firmemente que nossas palavras são meramente signos de nossas ideias e que são atribuídas a elas de maneira convencional; em segundo lugar, apesar de desvincular de nossa experiência sensível a possibilidade de comunicação dos nossos pensamentos, ele, paradoxalmente, condena quando atribuímos nossas ideias tanto às qualidades dos objetos quando às concepções dos homens. Assim, se não podemos assumir que nossas palavras representam nem as coisas no mundo nem as ideias de outros homens, como então seria possível a comunicação?

Esse problema é atenuado uma vez que Locke ressalta que as ideias significam própria e imediatamente as palavras que as representam. Como havíamos observado anteriormente, elas poderiam representar mediatamente as qualidades das coisas e as ideias de outros homens; porém, isso apenas atenuaria o problema, tendo em vista que nunca há como termos

certeza das ideias que os outros têm em suas mentes, muito menos se eles as formaram adequadamente. De igual forma, não conseguimos saber qual é a essência real das substâncias, apenas podemos estabelecer, por convenção, suas essências nominais.

Além de os homens atribuírem às palavras outras significações que as ideias que têm em suas mentes, Locke afirma que eles criam, pelo uso constante das palavras designando ideias, uma forte conexão entre elas. Essa forte conexão faz com que, ao ouvirem determinada palavra, sejam despertadas em suas mentes ideias correspondentes com quase tanta facilidade que quando os próprios objetos afetam seus sentidos. E esse longo e familiar uso faz com que os homens suponham que há uma ligação natural entre determinada palavra e sua ideia correspondente; porém, na realidade, isso não ocorreria dessa forma. Locke observa que é por meio do uso comum que as palavras numa língua ganham seu significado, mediante um consentimento tácito entre os homens.

Muitas vezes, observa o autor do *Ensaio*, os homens ouvem e passam a usar palavras das quais não possuem ideias correspondentes nem procuram descobrir as exatas significações dessas palavras, isto é, as ideias que se convencionou ser o significado dessas palavras: “acontece muitas vezes que aplicamos de preferência os pensamentos às palavras e não às coisas” (LOCKE, 1999, p. 550). O problema agora está em que, ao invés de nosso pensamento se remeter aos objetos, pelos quais, por se voltarem à experiência sensível, podemos obter ideias comunicáveis aos outros, passamos a nos remeter às palavras que, por si mesmas, não possuem nenhum sentido ou significação. Na comunicação diária, isso parece não gerar muitos problemas relevantes; entretanto, no discurso teórico e científico, esses erros criam todo tipo de quimeras. Dirimir tais problemas é um dos principais objetivos de Locke ao escrever seu *Ensaio*.

O papel da linguagem de ser o elo da sociedade, possibilitando aos homens comunicarem as suas ideias uns aos outros, só é possível por duas formas, fundamentalmente: em primeiro lugar, se aquele que fala possui uma ideia adequada para suas palavras; em segundo lugar, se aquele que ouve compartilha o mesmo significado para a palavra que lhe foi comunicada, isto é, se compartilha a mesma ideia que o primeiro pretendeu comunicar. A própria comunicação só existe quando a palavra usada por ambos significa, na mente de cada um deles, exatamente a ideia comum, pois “quando um homem fala a um outro, é para poder ser compreendido; e o fim da linguagem é que estes sons ou marcas possam dar a conhecer as ideias do que fala aos que o escutam” (LOCKE, 1999, p. 546).

Locke via no mau uso da linguagem uma imensa fonte de disputas e questões sem sentido. Esses problemas ocorreriam essencialmente por uma confusão na significação das palavras pelos homens, por falta de clareza em se saber quais ideias elas significariam, em sua própria mente e na mente dos outros homens. Essa confluência de problemas atrapalharia não apenas a comunicação ordinária, mas, também, e de modo mais grave, os nossos conhecimentos e o desenvolvimento das ciências. Os termos gerais nos auxiliam tanto em uma quanto em outra, embora possam ser fonte de confusões. Assim, veremos, no tópico a seguir, como Locke compreende os termos gerais, sua utilidade e significação.

2 TERMOS GERAIS

Uma das principais questões da filosofia da linguagem lockiana é como surgem os termos gerais, com qual finalidade e significação. Ora, de que modo um autor nominalista como Locke concebe o papel dos termos gerais na linguagem? Locke argumenta que apesar de todas as coisas existentes serem particulares, a maioria das palavras que constituem as diversas línguas são termos gerais. Porém, isso não representaria um defeito da linguagem, ao contrário, aconteceria “por razão e necessidade” (LOCKE, 1999, p. 553).

As línguas são formadas principalmente por termos gerais basicamente por três motivos: em primeiro lugar, é impossível que cada coisa particular tenha um nome, pois isso estaria além das capacidades do entendimento humano. Para que todas as coisas particulares possuíssem nomes peculiares, teríamos que formar e reter ideias de tudo que afeta nossos sentidos, além de relacionar cada nome particular à sua ideia correspondente. Em segundo lugar, caso conseguíssemos, seria “inútil, porque não serviria, em nada, o principal objetivo da linguagem” (LOCKE, 1999, p. 554).

O principal objetivo da linguagem é a intercomunicação dos pensamentos entre os homens, caso tivéssemos que nomear cada coisa particularmente, “uma vez que só eu tenho as ideias destas no meu espírito, os seus nomes não poderiam ser significativos ou inteligíveis para um outro que não conhecesse precisamente todas as coisas particulares que vieram ao meu conhecimento” (LOCKE, 1999, p. 554). Em terceiro lugar, considerando que isso fosse possível, não serviria para aumentar nosso conhecimento, o qual, apesar de estar fundado em coisas particulares, chega a pontos de vista gerais. E isso somente é possível porque agrupamos as coisas particulares em espécies, por meio de nomes gerais. “Estas espécies são então circunscritas por certos limites com os nomes que lhes pertencem, e não se multiplicam,

a cada instante, para lá daquilo que o espírito é capaz de reter, ou que o uso pode exigir.” (LOCKE, 1999, p. 555).

Não obstante a maior parte das palavras serem termos gerais, que como vimos ocorreria por necessidade, sempre que precisamos, atribuímos nomes particulares às coisas. Isso ocorre, por exemplo, com o nome dos homens. Nesse sentido, cada um possui um nome particular porque em muitas ocasiões necessitamos nos referir particularmente a cada um deles, assim como a países, cidades e rios. Dessa forma, Locke observa que se tivéssemos ocasiões e necessidade de falar constantemente de cavalos, seria tão comum nomeá-los particularmente quando o é nomear homens, valendo para os demais animais e objetos. De fato, podemos constatar isso no nosso uso diário: costumamos dar nomes próprios a nossos animais de estimação, enquanto os demais de sua espécie apenas nos referimos como cachorros, gatos, dentre outros.

Tudo isso nos evidencia o caráter utilitário e convencional da linguagem. Damos nomes próprios às coisas quando temos necessidade de nos referir a cada uma delas particularmente, da mesma maneira que damos nomes gerais igualmente por necessidade. Isso também indica que não possuem esses nomes por natureza, tendo em vista que existem diversas línguas, e sendo os termos gerais nada mais que criações do entendimento. De acordo com Locke seria improvável que eles possuíssem seus nomes por natureza.

Assim, em um primeiro momento, no capítulo III, Locke expõe por quais necessidades criamos termos gerais e por que os nomes próprios não são suficientes para cumprir os principais objetivos da linguagem. Ele ainda observa que, quando necessitamos, também atribuímos nomes peculiares às coisas. Portanto, é a necessidade que nos obrigaria empregar tanto termos gerais quanto nomes próprios. Após isso, Locke busca compreender como as palavras se tornam termos gerais. Pois, sendo todas as coisas existentes particulares, como se explicaria a existência desses termos? A questão, acreditamos, não é mais sua necessidade prática, mas como seria possível fazermos isso.

Ao tratar da origem dos termos gerais, Locke (1999, p. 556) vê-se obrigado a abordar o modo como tornamos nossas ideias particulares em ideias gerais; assim, o filósofo afirma que “as palavras tornam-se gerais quando são instituídas como sinais de ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais quando as separamos das circunstâncias temporais, de lugar, e de toda e qualquer ideia que possa delimitá-la a tal ou a tal existência particular”. Então, o processo de generalização passa pela abstração da ideia em relação a todas as circunstâncias que a delimitam.

Locke se pergunta por qual motivo definimos as palavras por meio de *genus* e *differentia*. Nesse ponto, ele aproveita para criticar a Escolástica e seu modo de definir os objetos. Segundo o filósofo inglês, não seria por necessidade nem para maior clareza que definiríamos os objetos dessa forma, mas, sim, para abreviar o processo de definição. Diz-nos Locke (1999, p. 558-559):

Podemos ver, assim, por que razão ao definir uma palavra, que mais não é do que dar a conhecer a sua significação, nós nos servimos do *genus*, ou o próximo termo mais geral, sob o qual está compreendida. De modo algum fazemos isto por necessidade, mas somente para evitar a dificuldade de enumerar as diferentes ideias simples que o próximo termo geral, ou *genus*, significa, ou algumas vezes, talvez, para evitar a vergonha de não sermos capazes de fazer essa enumeração. [...] Pois, se definir não é senão dar a conhecer a um outro, por palavras, qual é a ideia que a palavra a definir traz consigo, a melhor definição consistirá em fazer a enumeração das ideias simples que estão contidas na significação do termo *definido*; e se, em lugar de uma tal enumeração, os homens se acostumaram a usar o termo geral próximo, não foi por necessidade ou por maior clarividência, mas para abreviar.

Assim, quando queremos definir o termo homem, recorremos ao termo geral próximo a ele (animal) e enunciamos o que o distinguiria dos demais animais, que na definição mais usual é a racionalidade. Dessa forma, o homem seria definido como “animal racional”. Contudo, Locke acredita que a melhor definição seria enumerar as ideias simples que compõem o termo definido. Já no capítulo XXVII, do livro II, ele argumenta que a nossa ideia de homem está mais relacionada a um ser vivo com determinada forma e constituição corporal do que com a racionalidade. Ele exemplifica isso dizendo que se nos depararmos com um animal, por exemplo, um papagaio que pareça raciocinar, ainda o chamaremos de papagaio, só que um papagaio inteligente e racional³; do mesmo modo, se nos depararmos com um ser com a nossa constituição física, mesmo que ele não raciocine, ainda o chamaremos de homem. Acreditamos que esse modo de definição proposto por Locke atenua os problemas decorrentes de sua teoria da significação, uma vez que a experiência sensível só nos fornece ideias simples, enumerá-las numa definição nos permitiria saber até que ponto a ideia complexa que temos em nossa mente, representada por um nome como “homem”, corresponde à que outras pessoas possuem em suas mentes. O problema dessa forma de definição seria que a depender da ideia a ser definida, a enumeração seria demasiadamente longa e exigiria muito da memória e da atenção de quem define e de quem escuta a definição. Esse árduo processo de enumeração não parece está adequado às capacidades do

³ Sobre a imagem do papagaio, ver: Santos (2022, v. 207, p. 98-114).

entendimento humano, à quantidade de informação que ele consegue reter e comunicar a outros com eficiência.

Voltando aos termos gerais, nosso filósofo afirma que aquilo que chamamos de geral e universal não pertence à existência real das coisas; ao contrário, é obra da abstração do entendimento humano:

Para voltar de novo às palavras gerais, segue-se evidentemente do que acabamos de dizer que aquilo a que chamamos geral e universal não pertence à existência real das coisas, mas é obra do entendimento que assim procede para seu próprio uso, e que apenas se reporta a sinais, sejam palavras ou ideias. (LOCKE, 1999, p. 560).

Desse modo, Locke argumenta que os termos gerais significam nossas ideias gerais e abstratas, não as essências reais dos objetos. Isso ocorreria por causa do entendimento “para o seu próprio uso”, razão pela qual a linguagem representa o funcionamento do entendimento, e não uma suposta existência real dos seus termos. A seguir, ele argumenta que quem defende a existência real dessas essências deveria explicar quando uma coisa deixa de ser de uma espécie e torna-se outra, em que momento e como ocorreria essa transformação. Caso essas essências fossem reais, todos nós saberíamos quando determinada coisa deixasse de pertencer a determinada espécie e não existiriam pessoas que atribuiriam a um termo geral diferentes conjuntos de ideias simples, como frequentemente ocorre. O ponto de Locke é defender que as essências das coisas nos são completamente desconhecidas. Por isso, ele põe-se a analisar os diferentes significados do termo essência. Locke (1999, p. 566) diz-nos que, em primeiro lugar e originalmente, essência é tomada pela “existência propriamente dita da coisa”; na sua segunda acepção, largamente difundida pela Escolástica, significa a “constituição artificial de *genus* e de *species*”.

Locke propõe, portanto, a seguinte divisão: chamar a primeira essência de essência real e a segunda de essência nominal. Segundo o filósofo inglês, nas espécies de ideias simples e dos modos as essências nominal e real seriam as mesmas. Por exemplo, a essência real e nominal do triângulo seria possuir três lados. Já nas substâncias, elas seriam distintas, porquanto as qualidades sensíveis das coisas materiais dependeriam de seus elementos não sensíveis, dos quais não possuímos nenhuma ideia e, conseqüentemente, não têm nenhum nome.

Que as ideias abstratas designadas por nomes determinados são verdadeiramente as essências, pode ainda verificar-se por aquilo que costumamos dizer acerca delas, isto é, que não são geráveis nem corruptíveis; ora isso não pode dizer-se quanto à constituição real das coisas, que começa e acaba com elas. [...] Assim, o que ontem

era erva, é amanhã carne de ovelha, e, poucos dias depois, faz parte de um homem. Em todas estas mudanças e outras semelhantes, a essência real das coisas, isto é, a constituição de que dependem as suas diferentes propriedades, é destruída e morre com elas. (LOCKE, 1999, p. 569).

As características centrais das essências reais são que elas constituem as coisas particulares. Assim, cada coisa particular possui a sua, ademais a essência real é gerada e destruída com seu objeto; já as essências nominais não dependem da existência de nenhum objeto para existirem. Desse modo, a essência nominal de um unicórnio e de uma sereia, mesmo que esses seres nunca tenham existido, é tão inteligível e clara quanto a de homem, de cavalo ou mesmo de um papagaio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que tentamos analisar aqui, ainda que de forma rápida, foi a preocupação central de Locke sobre a linguagem: desde a “Carta ao leitor” do *Ensaio*, sustenta que devemos nos esforçar ordinariamente para que haja clareza em nossa linguagem, evitando assim confusão de toda ordem na comunicação entre as pessoas, e que, para esse fim, é preciso um grau de reflexão que não é dado naturalmente, mas construído metodologicamente. É nesse sentido que ele afirma: “os homens têm concepções grosseiras e confusas às quais aplicam as palavras vulgares da sua língua; e este uso vago que fazem das palavras serve-lhes bastante bem nos seus discursos ou ocupações habituais. Mas isto não é suficiente para as pesquisas filosóficas. O conhecimento e o raciocínio precisam de ideias determinadas e exatas” (LOCKE, 1999, p. 687).

Por essa razão, sempre que tratarmos da linguagem, em Locke, devemos ter em mente a relação entre palavra e ideia. Poderíamos dizer que a teoria da linguagem de Locke é uma teoria da significação, na qual o significado – próprio e imediato – de nossas palavras é a ideia que possuímos delas em nossa mente. E, para Locke, não importa o quão bem façamos isso, sempre significamos as palavras que proferimos por nossas ideias correspondentes, estejam elas claras ou não em nossa mente. Mas, se quisermos fazer bom uso das palavras, primeiro temos que ter claro em nossa mente quais ideias elas significam. Além disso, devemos nos atentar para o fato de nossas palavras não significarem nem as qualidades presentes em objetos no mundo nem as concepções e ideias dos outros homens. Pois o contrário deixa-nos em grande obscuridade no uso da linguagem. Isso não é obra do acaso, e muito menos de descuido, mas falsas suposições sobre aquilo que é pronunciado e, sobretudo, dito. Essa

questão passa pelo modo como conhecemos as coisas. É para evitar essas deficiências da linguagem e apresentar seus remédios que Locke propõe, fundamentalmente, a sua teoria da linguagem.

Nesse sentido, Locke assume a posição dos nominalistas, isto é, defende que todas as coisas existentes são particulares. Isso implica dizer que não existiriam essências universais das quais os objetos particulares derivariam a sua existência. Contudo, Locke defende não só que existem termos gerais, como, além disso, eles constituem a maioria das palavras das diversas línguas no planeta. Isso quer dizer que os termos gerais representam uma melhoria da linguagem, porquanto a multidão das palavras teria inviabilizado o seu uso.

Enfim, a teoria lockiana da linguagem apresenta uma função utilitária: comunicarmos para conseguirmos proveito dos pensamentos dos demais homens e dar vida à sociedade. Para além de compreender o que comumente ocorre quando os homens falam, a sua finalidade e os problemas que ocorrem na linguagem, o seu principal objetivo é comunicar os pensamentos dos homens entre si. Se é verdade a ideia segundo a qual o propósito da linguagem é expandir o conhecimento e, com ele, a aquisição de novas ideias, é também verdadeiro que não temos garantia alguma do sucesso da empreitada. Mas não há razão alguma para o pânico: se formos “sinceros e inteligentes” (LOCKE, 1999, p. 715), estaremos a um passo de seu verdadeiro significado. Com isso Locke defende a ideia segundo a qual sem a comunicação de pensamentos a sociedade simplesmente não funcionaria.

REFERÊNCIAS

GUYER, Paul. A filosofia da linguagem. In: CHAPPELL, Vere (org.) **Locke**. Aparecida, SP: Ideias & letras, 2011. p. 145-181.

LOCKE, John. **An essay on the human understanding**. Peter H. Nidditch (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1975.

LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. Tradução de Eduardo Abranches de Soveral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. Vol. I e II.

SANTOS, A. C. The talking parrot: brazilian national symbol and avatar of human identity for John Locke. In: Stefanie Stockhorst; Jürgen Overhoff; Penelope J. Corfield (org.). **Human-animal interactions in the eighteenth century**. LEIDEN |BOSTON: Brill Editor, 2022, v. 207, p. 98-114.